

## DAS ÍNDIAS À MULHER CONTEMPORÂNEA: SEXUALIDADE, AMOR E ESCOLA

Arilane Florentino Félix de Azevêdo<sup>1</sup>; Tânia Augusto Pereira<sup>2</sup>

*Mestrado de Formação de Professores - Universidade Estadual da Paraíba*

[arilane\\_florentino@hotmail.com](mailto:arilane_florentino@hotmail.com); [taniauepb@yahoo.com.br](mailto:taniauepb@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este artigo objetiva trazer uma discussão sobre a sexualidade, o amor e a participação da mulher na escola no Brasil. Vivemos em uma sociedade que separa meninos e meninas desde que somos crianças, ou melhor, desde que estamos na barriga de nossas mães. Na escola, a separação entre meninos e meninas é encontrada nas filas, nas brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas. Mesmo sem nos darmos conta, tampouco sem pedir que isso aconteça, somos separados em dois grupos distintos e precisamos, obrigatoriamente, pertencer a um deles. Essa separação marca nossas vidas e perpassam as questões ligadas à sexualidade, ao amor e ao comportamento no ambiente escolar. Este estudo faz um passeio pela história da mulher na sociedade brasileira trazendo à superfície os debates em torno da sua sexualidade, a sua vivência sobre o amor e o comportamento vigiado das meninas no ambiente escolar. Nossa pesquisa conclui que durante toda a história, e ainda na atualidade, às mulheres tiveram sua sexualidade vigiada, seus corpos docilizados, seus amores controlados e tudo isso foi, e ainda é, refletido dentro da escola.

**Palavras-chave:** Mulher, Sexualidade, Amor, Escola.

### Comentários Iniciais

Vivemos em uma sociedade que separa o masculino do feminino desde que somos crianças, ou melhor, desde que estamos na barriga das nossas mães. Basta observarmos, em uma loja para bebês, se uma mulher grávida estiver selecionando itens na cor rosa, imediatamente imagina-se que ela esteja esperando uma menina, mesmo sem questioná-la acerca do sexo do bebê. E se for perguntada, ela responderá: menina! E assim continua durante toda a nossa vida. Na escola, a separação entre meninos e meninas é encontrada nas filas, nas brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas. Mesmo sem nos darmos conta, tampouco sem pedir que isso aconteça, somos separados em dois grupos distintos e precisamos, obrigatoriamente, pertencer a um deles.

Essa separação marca nossas vidas e perpassam as questões ligadas à sexualidade, ao amor e ao comportamento no ambiente escolar. Sendo assim, este estudo objetiva trazer uma discussão sobre a sexualidade, o amor e a participação da mulher na escola no Brasil. Para tanto, em um primeiro momento, faremos um passeio pela história das mulheres no Brasil, das Índias até a mulher contemporânea, buscando trazer à superfície os debates em torno da sua

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Graduação em Letras e do Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus I, em Campina Grande, PB.

sexualidade e suas vivências sobre o amor. Em um segundo momento, discutiremos a docilização do corpo feminino e o comportamento da mulher no ambiente escolar.

Por fim, nossas considerações finais, apresentando que durante toda a história, e ainda na atualidade, às mulheres tiveram sua sexualidade vigiada, seus corpos docilizados, seus amores controlados e tudo isso foi, e ainda é, refletido dentro da escola.

## **2.1 Das índias à mulher contemporânea**

Iniciaremos esse passeio pela história das mulheres no Brasil com as índias Tupinambás. A descrição da mulher indígena é influenciada pela tradição religiosa ocidental, mas mesmo com essa influência, consegue-se conhecer como viviam essas mulheres que habitavam o território brasileiro nos séculos XVI e XVII.

A mãe Tupinambá não se separava de seus filhos em momento algum. Mesmo exercendo trabalhos pesados, elas carregavam seus rebentos para onde fossem, seja nas costas ou encaixados em seus quadris (RAMINELLI, 2010). A menina se tornava mulher com a chegada da primeira menstruação. Nesse momento, ela era submetida a um ritual de passagem, que se diferencia de acordo com a tribo, mas de uma forma geral era doloroso e mutilador. Ia desde a raspagem do cabelo a incisões na pele com dentes de animais (RAMINELLI, 2010).

O enlace matrimonial nas tribos se dava em comum acordo entre os interessados, precisando apenas da permissão do pai ou de um parente mais próximo dos nubentes. Para eles, o casamento também não era indissolúvel, tanto o homem quanto a mulher poderia desfazer-se do casamento se assim o quisesse (RAMINELLI, 2010). Apesar de depois do casamento a traição feminina não ser permitida, a virgindade não era cobrada. Era natural, antes do casamento, as mulheres terem tido vários parceiros sexuais.

Do nascimento até por volta dos sete anos não havia uma distinção entre a criação de um menino e de uma menina indígena. Só a partir dos sete anos é que começaram a separação dos ensinamentos, de acordo com a divisão social do trabalho na tribo. Para as mulheres, atividades de fiar, tecer, cuidar da roça e da alimentação. Para os rapazes, atividades ligadas à caça (RAMINELLI, 2010).

Outra questão importante de ser mencionada sobre as mulheres tupinambás está ligada a sua bravura. “Somando-se aos guerreiros e aos seus xamãs, a mulher tupinambá, jovem ou idosa, também defenderia a liberdade de seu povo até a exaustão” (MENDONÇA, 2006, p. 90). A luta pela liberdade, igualdade, conquistas de direitos é um fio condutor na história das mulheres brasileiras.

Apesar de as índias Tupinambás terem uma vida difícil, em muitos momentos marcada pela violência, conseguimos observar que em determinadas circunstâncias elas tinham uma

liberdade maior do que as mulheres de outras sociedades e períodos históricos, como veremos adiante, principalmente no que diz respeito a sua sexualidade.

Das índias, passemos às mulheres na colônia. Segundo Araújo (2010, p. 49), “repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada”. É evidente a vida oprimida das mulheres no período colonial. Nessa época, o poder do homem sobre a mulher era tão forte que eles, ao saírem de viagem, tinham o direito de deixá-las em locais de “recolhimento”, para garantir que elas não iriam traí-los em sua ausência (ARAÚJO, 2010). O medo do homem com o que não pode controlar é evidente. A sexualidade feminina está inscrita no campo da subjetividade de cada uma de nós, por o homem não ter controle desse campo subjetivo, usavam da coerção, do aprisionamento, da força, consentidos pela sociedade, para “anular” toda e qualquer possibilidade da mulher explorar sua sexualidade.

O período colonial brasileiro é extenso, século XVI ao XIX, várias atividades são desenvolvidas no país nessa época. A situação da mulher vai ser diferenciada, dependendo, principalmente, da região e da classe social a que ela pertença. Na região de Minas Gerais, por exemplo, as mulheres, das camadas populares, participavam ativamente da economia local, em que estava ligada às atividades domésticas.

Segundo Figueiredo (2010), as mulheres trabalhavam

na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens essas funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam no Brasil os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados (FIGUEIREDO, 2010, p. 143).

Apesar de as mulheres estarem presentes em espaços públicos, participando de atividades fora do lar, ainda assim, cabia a elas desenvolverem atividades manuais, ligadas principalmente à cozinha.

Outra questão importante, a ser observada nesse período, diz respeito à maternidade. A vigilância em torno da sexualidade da mulher era muito forte, tanto para a mulher branca rica quanto para a mulher pobre e negra. “Entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada. A mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral” (VENÂNCIO, 2010, p. 198). Diante dessa situação, o abandono de recém nascidos era muito comum. Já para a mulher negra, a vigilância e a punição eram recorrentes em sua vida. Além do fato de serem usadas (“estupradas”) para o deleite dos senhores de engenho, muitas engravidavam e cuidavam sozinhas de seus filhos “bastardos”.

Ainda sobre a maternidade, “durante os primeiros anos de vida dos bebês todo o trabalho pesava sobre a mãe. Assim, a que não assumisse os filhos quebraria as regras da vida social por comprometer a formação do futuro adulto” (VENÂNCIO, 2010, p. 201). O dilema

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

feminino era intenso nessa época, já que a sociedade atribuía para a mulher a obrigação de ser mãe. Se ela tivesse um filho fora do matrimônio e assumisse o bebê, era socialmente isolada. Diante das poucas alternativas, acabava por abandonar seus filhos, causando assim, um sofrimento para elas e um desajuste social.

O século XIX se inicia e com ele a família real portuguesa chega ao Brasil. Nesse momento, inicia-se o desenvolvimento acelerado da família burguesa em nosso país.

A família burguesa da época era assim definida por D’Incão (2010, p. 222): “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível”. À mulher burguesa cabia a administração da casa e dos filhos. Outro aspecto relacionado à ela diz respeito ao amor. O casamento arranjado, combinado entre famílias, política e economicamente importantes, era seu destino, diferente das mulheres das classes populares, que tiveram maiores possibilidades de vivenciar o amor.

Sobre isso, D’Incão traz a seguinte reflexão:

[...] a mulher das classes baixas, ou sem tantos recursos, teve maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social, uma vez que o amor, ou expressão da sexualidade, caso levasse a união, não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos. As mulheres de mais posses sofreram com a vigilância e passaram por constrangimentos em suas uniões, de forma autoritária ou adoçada, na sua vida pessoal. Para elas o amor talvez tenha sido um alimento do espírito e muito menos uma prática existencial (D’INCÃO, 2010, p. 234).

A mulher burguesa, no século XIX, tinha uma grande dificuldade de vivenciar o amor. Já que estamos falando em relacionamentos, não poderíamos deixar de falar sobre a virgindade. Para a sociedade burguesa dessa época, a virgindade era tida como um objeto de valor político e econômico e garantia a manutenção do *status* da noiva (D’INCÃO, 2010).

Nesse período, as mulheres passaram a sair de casa, elas “ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs [...]” (D’INCÃO, 2010, p. 229). Para a autora, “essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada” (D’INCÃO, 2010, p.228). A mulher burguesa começou a sair dos muros restritos ao lar e a ocupar espaço fora de casa, e isso foi determinante para os processos de rupturas da condição de mãe, esposa, dona de casa, que aconteceram durante o século XX.

A nova mulher que busca romper com a sociedade machista que a oprime começa a surgir cada vez mais. Também começa a se intensificar o discurso para romper com o surgimento desse novo sujeito na sociedade.

Sobre isso, Telles (2010) comenta que:

Entre 1889 e 1900, médicos, jornalistas e políticos, alarmados com a onda crescente, uniram-se para condenar essa Nova Mulher e celebrar a antiga. Na Inglaterra, os médicos sustentavam que desenvolver o cérebro, para a mulher, implicava em não nutrir o útero e, por isso, se o fizesse, ela não poderia mais servir à reprodução da espécie. (TELLES, 2010, p. 432).

O século XX chega e com ele uma modernidade que vai desde as piscinas de clubes ao cinema. O cinema contribuiu bastante para o avanço da liberdade da mulher, pelo menos no quesito da sexualidade. Muitas aprenderam a beijar assistindo aos filmes hollywoodianos que invadiram as telas cinematográficas do Brasil nas décadas de 30 e 40 do século passado.

Os pais tiveram que amenizar a vigilância com suas filhas e as meninas começaram a poder opinar ou até mesmo escolher seus pretendentes. Toda essa mudança contribuiu para conquistas enquanto cidadãs. “Em 1932, o voto feminino para alfabetizadas e maiores de 21 anos entrou na pauta das eleições” (PRIORE, 2014, p. 66).

No século XX, as mulheres, mesmo ocupando cargos inferiores aos dos homens, intensificaram sua presença no mercado de trabalho. Com o surgimento da pílula anticoncepcional, adiaram ou anularam a maternidade e exploraram mais a sexualidade. O acesso e permanência na escola possibilitaram o ingresso mais qualificado no mercado de trabalho e o entendimento da sua condição enquanto sujeito que pode e deve escrever sua própria história.

Na última década do século XX, a força feminina no mercado profissional cresceu a passos largos<sup>3</sup>, seja pelo fato de que as mulheres conquistaram seu lugar no âmbito profissional, ou porque o mercado queria colocar mais mão de obra barata para acirrar a concorrência; o que importa é que a mulher começou uma luta para ganhar lugar no mercado de trabalho.

Quando se toma o trabalho no sentido ontológico, se pode ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da emancipação feminina. E, na medida em que a mulher se torna assalariada, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua emancipação.

Tudo isso fez surgir uma mulher mais empoderada, que luta por seus direitos, que assume cargos de chefia, que denuncia e rompe com a violência, uma mulher que começa o século XXI cheio de desafios, disposta a enfrentá-los para a garantia de uma sociedade mais igual.

### **A docilização do corpo feminino e o espaço escolar**

Para falarmos de docilização do corpo, especificamente do corpo feminino, precisamos entender esse “corpo” como algo que pode ser observado, estudado, disciplinado.

<sup>3</sup> Segundo a análise feita pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a População Economicamente Ativa (PEA) feminina cresceu 19,6 entre 1991 e 1999; passando de 6,1 milhões para 7,3 milhões de trabalhadoras. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/1999/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/1999/). Acesso em: 20/07/2017.

Sobre a disciplina, Foucault (2014b, p. 135) traz a seguinte definição, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. Controlar, otimizar, vigiar o corpo se torna a principal função das diversas instituições.

Ao fazer um estudo sobre o corpo, Courtine (2013) traz uma observação importante sobre quando o corpo começa a ser estudado pelas ciências humanas, pois até então, esse corpo, só era objeto de estudo da Medicina e ciências afins.

O corpo, de fato, é uma invenção teórica recente: antes da virada do século XX, ele não exercia senão um papel secundário na cena do teatro filosófico onde, desde Descartes, a alma parecia exercer o papel principal [...]. Pois, se o corpo pôde permanecer uma preocupação secundária nos seios das correntes racionalistas e espiritualistas que dominaram a cena do teatro filosófico na França até o século XIX, o mesmo não se pode afirmar evidentemente no campo da medicina e das ciências naturais. Tanto menos, aliás, no seio dos múltiplos dispositivos que vigiavam à época a tarefa disciplinar dos corpos em uma miríade de instituições curativas, educativas e reeducativas (COURTINE, 2013, p. 12).

Ortega (2008), em seu estudo sobre o corpo, apresenta uma abordagem acerca da importância dada a espiritualidade nas ascetes Greco-romana e cristã, na qual o corpo servia de instrumento de conexão com o divino.

[...] tanto nas ascetes clássicas greco-romanas quanto nas cristãs, o corpo era submetido a uma dietética (sexual, alimentar, etc) visando sua superação e transcendência - a ascese corporal aparece vinculada a uma ascese espiritual -, como prova de capacitação para a vida pública, de contato com a divindade ou da superação da condição humana individual e da adoção da perspectiva da natureza universal (ORTEGA, 2008, p. 28).

Por muito tempo, o corpo, não foi objeto de estudo das ciências humanas. Às vezes, ele servia de instrumento de conexão com as divindades; outras vezes, era objeto de estudo da Medicina e das demais ciências que procuravam entender o seu funcionamento biológico. Isso não quer dizer que o corpo não tenha sido compreendido como objeto e alvo de poder. Na Época Clássica, o corpo foi descoberto como objeto de poder. Foucault (2014b) sobre esse acontecimento, afirma:

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então, ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 2014b, p. 134).

A descoberta do corpo como objeto e alvo de poder levou a um disciplinamento para torná-lo mais produtivo. Qualquer manual de ergonomia, além de se preocupar com a relação entre o homem e a máquina no ambiente de trabalho, evitando problemas de postura etc, também aponta para uma otimização do trabalho humano, ou seja, de uma forma ou de outra, acelera a produção. Toda essa disciplina recai com mais força sobre a mulher. A partir da mais tenra idade, o corpo da mulher é observado e disciplinado, desde o modo como ela se

senta até os acessórios que ela usa (muitas vezes, para aumentar os seios, por exemplo). Sobre esse assunto, Priore (2000) afirma que

No passado, o corpo da mulher [...] era visto com as marcas da exclusão e da inferioridade. Cristalizada pelas formas de pensar uma sociedade masculina, a evocação das imagens do corpo e da identidade feminina, na pluma de diferentes autores, apenas refletia subordinação (PRIORE, 2000, p. 14).

Além, de serem vistas através das marcas da exclusão, as mulheres se viam obrigadas a moldar seu corpo para atender a um padrão estético da sociedade de cada época. Desse modo, conforme Priore (2000),

Inicia-se, assim, toda uma severa estética da compostura, uma ética da contração. A vida nas cortes européias, ou na nossa, iria controlar todas as possíveis turbulências do corpo, sua expansão ou vacilações. O envelope em couro ou pano duro, que cobria dos joelhos aos ombros, servia também para conter a moleza intrínseca do corpo feminino, corrigindo a sua fragilidade natural e constitutiva (PRIORE, 2000, p. 52).

A autora comenta sobre como a mulher submetia seu corpo às mudanças exigidas: “No século XIX, belas eram, portanto, as elegantes, possuidoras de um corpo-ampulheta, verdadeiras construções trabalhadas por espartilhos e anquinhas capazes de comprimir ventres e costas, projetando seios e nádegas” (PRIORE, 2000, p. 59).

Concordamos com Foucault (2014b, p. 135), quando afirma que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. Tentar disciplinar o corpo feminino nada mais é do que tentar tornar a mulher um ser submisso, um ser dócil.

Todo esse processo de disciplinamento é visto, de forma bastante evidente, no espaço escolar. Em 1835, começaram a surgir as Escolas Normais, que tinham por objetivo formar professores para o ensino primário. Nessas escolas faltavam verbas e professores preparados didaticamente para cumprir a função de formar novos professores para o ensino primário de nosso país. Mas, é inegável o avanço que se teve com a criação dessas escolas.

Nesse momento, a mulher passou a ter acesso à escola. É importante registrar que foi um acesso muito tímido. No Maranhão, por exemplo, em 1857, entre escolas públicas e privadas, havia 1857 meninos e 347 meninas cursando o primário (TELLES, 2010). O ensino destinado à menina era diferente do que era oferecido ao menino. “O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma leiga, leve” (ARAÚJO, 2010, p. 50). Para as meninas das camadas mais populares esse acesso se tornava ainda mais difícil.

Sobre isso, Louro (2010) traz o seguinte registro:

No entanto, não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas nas tarefas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

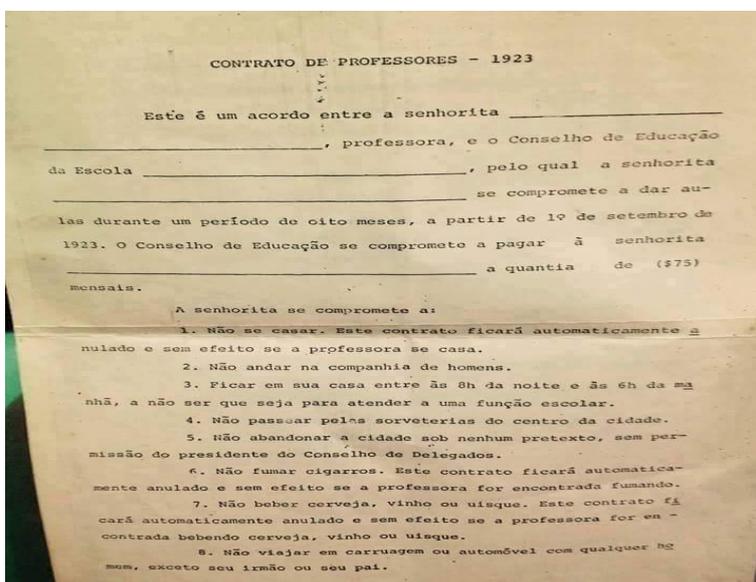
[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas (LOURO, 2010, p. 445).

As meninas das classes mais abastadas tinham um acesso mais fácil à escola, mesmo que, em um primeiro momento, tenham feito da instituição um local para passar o tempo à espera do casamento. Com o tempo, as mulheres foram ocupando mais espaço dentro da escola, mas seu comportamento era vigiado rigorosamente. “Aprendiam-se os gestos e olhares modestos e decentes, as formas apropriadas de caminhar e sentar. Todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e mestras” (LOURO, 2010, p. 461).

Em 1901, foi criado o primeiro Instituto de Educação em nível superior. Vários avanços podem ser vistos nessa época, pois o poder público passou a se preocupar e investir na formação de professores. Ainda sobre a vigilância em torno das educadoras, essa era tão forte, que os contratos assinados pelas professoras no ano de 1923, eram extremamente rígidos, conforme Figura 1.

**FIGURA 1** – Contrato de professoras (1923)



Fonte: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/contrato-de-professora-em-1923-proibia-de-casar-frequentarsorveterias-andar-com-homens-16384742>.

No primeiro item do contrato, já fica explícito que a atividade como professora, era apenas um “passa tempo” até a mulher se casar, pois nesse momento, ela passaria a exercer a função destinada a ela “ser mãe e dona de casa”, não precisaria se preocupar com o provento da família, este caberia ao marido.

Ao analisarmos os itens 2 e 3 podemos perceber que, mesmo a mulher conseguindo ir para espaço público, para poder trabalhar, seu corpo continuou sendo vigiado, ela até podia

sair de casa e exercer uma profissão, mas para isso teria que se submeter a essa vigilância imposta.

Observando os itens 6 e 7, podemos inferir que o medo da mulher se sentir em pé de igualdade com o homem começa a se enraizar na sociedade. Sendo assim, o contrato deixa explícito, “não fumar”, “não beber”, atitudes que eram muito fortes no universo masculino da época. Esse contrato para as professoras deixa claro que a mulher até pode começar a andar pelo espaço público, mas não de forma livre, ela precisa obedecer muitas regras para que essa conquista seja efetivada.

Foucault (2014 b), abordou a temática da docilização dos corpos ao discutir o processo pelo qual a disciplina, principalmente no decorrer do século XVII e XVIII, passou a ser a principal forma de dominação social. A escola, foi uma das principais instituições que disciplinou o corpo. As condições de trabalho, imposta às professoras, exemplifica como essa instituição, utiliza do poder que possui, para tornar dócil o corpo das educadoras.

### **Comentários finais**

A história da mulher se confunde com a história de sua sexualidade. Podemos observar, em vários períodos históricos, que a mulher ao conseguir ter mais controle sobre seu corpo, especialmente, sobre sua sexualidade, foram os momentos em que elas mais conquistaram direitos, sejam eles civis, políticos, trabalhistas etc. Com isso, vemos que o domínio da sua sexualidade está diretamente associado às conquistas sociais que tanto almejamos.

A escola não apenas transmite conhecimento, ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe. Reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade. Romper com os modelos hegemônicos não é uma tarefa fácil. A prática predominante na educação ainda possui a forte influência da formação para o ensino tradicional, onde há o predomínio do binômio masculino/feminino. Não podemos deixar que esse predomínio ofusque outros caminhos. Aspiramos uma educação em que os meninos e meninas não sejam ensinados a gostarem de coisas diferentes, a fazerem coisas diferentes, a serem hábeis em funções ou tarefas distintas.

A escola cumpriu um papel fundamental na docilização dos corpos das crianças, principalmente do corpo da menina, mas não só a escola cumpriu esse papel. Várias outras instituições, a começar pela família, se debruçaram sobre a intenção de fazer com que o corpo da mulher fosse dócil e submisso.

## Referências

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45-77.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 222-240.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 141- 159.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 443-481.

MENDONÇA, Wilma Martins de. Memória de nós: da nossa ancestralidade indígena. In: MACHADO, Charlinton; SCNEIDER, Liane (Orgs). **Mulheres no Brasil**: resistência, lutas e conquistas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 81- 96.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PRIORE, Mary Del. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2014.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 11-44.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 401-442.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 189-221.